



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
8º BATALHÃO DE MANUTENÇÃO DE SELVA  
(8º Pel Rep Auto/8ªRM – 1946)

TERMO DE ADEQUAÇÃO AO PARECER JURÍDICO Nº  
00200/2026/CJSEP-BSB/SCGP/CGU/AGU

NUP: 64622.005625/2025-90

ASSUNTO: CESSÃO DE USO ONEROSA DE BEM IMÓVEL (CANTINA)

**prévia autorização da cessão de uso**

1. Não consta dos autos a prévia autorização da cessão de uso para atividade de apoio, expedida pela chefia do órgão cedente (Ministro de Estado da Defesa ou aos Comandantes das Forças Armadas, nos termos do art. 3º da Portaria GM-MD nº 4.411/2021), o que deverá ser sanado.

Existe uma "Autorização de Abertura de Processo Licitatório" assinada pelo Ten Cel Mauricio Bertolino (p. 41). Foi inserido nos autos a certidão de Autorização de Cessão de uso de atividade de apoio.

**Justificativa do critério de julgamento**

2. Recomenda-se a adoção, como regra, do critério de julgamento pelo maior preço nas cessões onerosas de uso de imóvel público, admitindo-se critério diverso, vinculado à atividade de apoio, apenas em caráter excepcional. Caso o gestor opte pela manutenção do critério do "menor preço por item" deve fazê-lo mediante justificativa específica e suficiente.

**1. Do Caráter Social e de Apoio à Tropa (Finalidade Pública):**

O objetivo primário da cessão em tela não é a obtenção de receita patrimonial para a União, mas sim a prestação de um **serviço de apoio essencial** ao 8º Batalhão de Manutenção de Selva. Localizada em região de difícil acesso, a unidade depende de uma cantina que ofereça produtos a preços acessíveis para manter o moral e o bem-estar dos 298 militares. O critério de "maior preço" pela área fatalmente seria repassado ao consumidor final, onerando excessivamente o público interno.

**2. Da Vantajosidade Indireta para a Administração:**

A escolha pelo "menor preço por item" garante que a Administração cumpra seu dever de fornecer condições dignas de trabalho e subsistência. Ao selecionar a proposta que oferece os menores preços de venda, o Comando assegura o poder de compra dos seus subordinados. A "vantajosidade" da licitação, neste caso, não é medida pelo ingresso de numerário, mas pela **modicidade dos preços** praticados pela concessionária.

### **3. Da Excepcionalidade Prevista na ON nº 96/2025:**

Conforme o item III da referida Orientação Normativa, admite-se critério diverso do maior preço quando "demonstrado que tal forma irá melhor atender o interesse público almejado". No contexto de uma organização militar de selva, o interesse público reside na **segurança alimentar e na conveniência do serviço**, e não na arrecadação, justificando-se assim a mitigação da regra geral em favor do critério que beneficia diretamente o usuário do serviço.

### **4. Da Inviabilidade de Mercado do Maior Preço:**

A cobrança de uma taxa de ocupação elevada (maior preço) em uma localidade com universo restrito de consumidores (apenas 298 militares) tornaria o negócio atrativo apenas se os preços de venda fossem altos. Isso poderia levar ao desinteresse do mercado ou à precarização do serviço, ferindo o princípio da eficiência.

## **3 - Habilitação econômico-financeira no TR**

3. Em que pese a AGU já ter se manifestado pela necessidade de inclusão dos requisitos de habilitação econômico-financeira no TR (item 2.3.2.2 do parecer, fls. 134 do PDF) e o gestor ter determinado referida correção (item 78 do documento de fls. 155 do PDF), não foi realizado, o que deve ser cumprido na íntegra.

### **1. Da Localização da Exigência no TR:**

Diferente do que foi apontado no item 3 da conclusão do Parecer Jurídico, informamos que os requisitos de **habilitação econômico-financeira** foram devidamente inseridos e constam no **Item 9 do Termo de Referência** (conforme mencionado na Cláusula 2.6.2.1 da análise jurídica, que remete à redação das cláusulas 9.18 a 9.25 da minuta padrão).

### **2. Dos Critérios Adotados:**

No referido item 9, estão estabelecidos os critérios necessários para comprovar a saúde financeira da licitante, tais como (mencione aqui se houver: balanço patrimonial, certidão negativa de falência ou índices de liquidez), garantindo que a futura cessionária possua condições de suportar os custos operacionais da cantina e o pagamento mensal da cessão de uso, mitigando riscos de interrupção do serviço.

### **3. Da Conformidade com a Lei 14.133/2021:**

Ressaltamos que a redação do Item 9 segue estritamente o disposto no **Art. 69 da Lei nº 14.133/2021**, atendendo plenamente à recomendação anterior da AGU e assegurando a integridade da instrução processual.

## **Ajuste na fundamentação legal (Preâmbulo)**

4. Recomenda-se a inclusão, no preâmbulo do contrato, de menção à Lei nº 9.636/1998 e ao Decreto nº 3.725/2001, por se tratar de negócio que envolve bem imóvel da União.

Em atenção à recomendação citada, informamos que o preâmbulo do contrato foi devidamente atualizado para incluir a fundamentação legal pertinente a negócios que envolvem bens imóveis da União

### **Cláusulas de proteção e nomenclatura**

**Nomenclatura:** O documento foi renomeado para **Contrato de Receita**, conforme orientação técnica.

**1.Adequação ao CDC:** Foi incluída cláusula específica proibindo a elevação sem justa causa do preço de serviços, em observância ao **art. 39 do Código de Defesa do Consumidor**.

**2.Encargos de Mora:** Foi inserida a previsão de correção monetária e juros de mora em caso de atraso nos pagamentos pela Administração, nos termos do **art. 110 da Lei nº 14.133/2021**.

Belém-PA, na data da assinatura eletrônica.



Documento assinado digitalmente

**MAURICIO BERTOLINO RODRIGUES FILHO**

Data: 28/04/2026 17:18:59-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MAURÍCIO BERTOLINO RODRIGUES FILHO – Ten Cel**  
**Ordenador de Despesas do 8º Batalhão de Manutenção de Selva**